

CONTRA O INTERESSE NACIONAL

KLEBER GESTEIRA E MATOS*

As caravelas e naus comandadas por Pedro Álvares Cabral atingem a costa no dia 22 de abril. Desembarcados, os portugueses avistam palmeiras, aves, rios, mais à frente uma lagoa, e ... ninguém! Deserta, sem qualquer ser humano à vista. Admitindo esta versão imaginada do “descobrimento”, a Carta de Pero Vaz de Caminha e tudo mais que fosse escrito sobre as novas terras seria uma extensão da história dos europeus.

Como a imaginada “Carta”, várias narrativas a respeito do Brasil foram escritas como se os indígenas não existissem. Nestes textos, os portugueses conquistaram, povoaram, colonizaram e mantiveram a soberania sobre um extenso território. Foram os únicos protagonistas. O Brasil é obra do gênio europeu. Outras tantas narrativas registram os indígenas como incapazes de agir autonomamente. Nestas representações eles são meros objetos da ação dos europeus. Os índios são fixados num passado remoto, são entes arcaicos a serem superados pelo desenvolvimento.

Em oposição a tais abordagens este artigo pretende situar algumas das principais referências históricas necessárias à compreensão do discurso militar a respeito dos povos indígenas. Veremos que neste discurso os povos indígenas são deslocados, em fins do século XX, para o perigoso campo dos “inimigos da Pátria”.

Estima-se que no território, que hoje conhecemos como Brasil, viviam cerca de seis milhões de pessoas (BETHELL, 1998), falantes de centenas de línguas, compondo um caleidoscópio sociopolítico muito pouco conhecido. Diversos desses povos interagiram com forças militares, ora perseguidos por milícias ou tropas regulares; ora fazendo parte destas milícias em luta contra outros povos (HEMMING, 2007), (PUNTONI, 2004) e (MENDES, 2004).

O relato da fundação e defesa de povoações lusitanas é permeado de alianças, traições, assédios e combates entre portugueses e seus aliados “naturais da terra” contra outros povos,

* Mestre em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas/Universidade de Brasília - CEPPAC/UNB

como na atuação de Mem de Sá em defesa do Recôncavo Baiano e as lutas contra os Tamoios no Rio de Janeiro (HEMMING, 2007).

O *ethos* belicoso de inúmeros povos indígenas, que mantinham um estado de guerra latente contra seus vizinhos, ensejou diferentes situações de aliança com os espanhóis, franceses, ingleses e holandeses, quando estes tentaram dominar partes da colônia lusitana. As alianças eram mutuamente vantajosas e poderiam ser forjadas por iniciativas de cada uma das partes.

Relatos do combate às invasões francesas, no Rio de Janeiro, com a tentativa de colonização entre 1555 e 1567, e no Maranhão entre 1612 e 1615, nos informam a respeito da mobilização de diversos líderes e povos indígenas (HEMMING, 2007). O mesmo ocorre nos relatos sobre as invasões holandesas na primeira metade do século XVII, no Nordeste açucareiro segundo Ronaldo Vainfas (2008).

Outro ciclo de conflitos é o período das *bandeiras*. Milhares de indígenas participaram daquelas expedições ou foram atacados por elas, tudo para suprir as necessidades de mão de obra dos paulistas e de outras províncias (MONTEIRO, 1994). Sintetizando a ação de bandeirantes em busca de riquezas e escravos, John Hemming (2007) cita o Padre Vieira: “O verdadeiro objetivo era capturar índios: extrair de suas veias o ouro vermelho que sempre tem sido a mina daquela província”.

Nas inúmeras formas de interação entre portugueses e índios, o aprendizado das noções, técnicas e usos de instrumentos indígenas foi fundamental para os colonizadores, como nos ensina Sérgio Buarque de Holanda (1986), pois, os bandeirantes tiveram sucesso ao empregar as táticas e armas dos índios:

[...] segundo refere um viajante, que no tempo gasto para carregar o arcabuz era possível dar tranquilamente de cinco a sete flechadas. Mesmo a detonação, se podia aterrorizar o adversário, tinha o defeito de ajudar a localizá-lo, tanto mais quanto ele era obrigado a manter constantemente acesa a mecha que o denunciaria (HOLANDA, 1986).

Dessa forma, os moradores de São Paulo adaptaram-se aos usos dos indígenas e o fizeram “com a resistência do couro, não a do ferro e do bronze, cedendo, dobrando-se, amoldando-se às asperezas de um mundo rude” (HOLANDA, 1986). Assim, “era inevitável, em todo esse processo, que o índio se tornasse seu principal iniciador e guia” (HOLANDA, 1986).

A guerra aos jesuítas e guaranis habitantes do Território das Sete Missões (1754 a 1756) é outro importante e doloroso capítulo da longa história de combates entre forças militares e índios (MAURO, 1998).

Percorrendo o interior ou a costa atlântica da colônia, os portugueses foram derrotados inúmeras vezes, por exemplo, nos confrontos com os Guaicurus, que viviam na região do Pantanal mato-grossense, e nos enfrentamentos com os Potiguara, na região costeira dos atuais Rio Grande do Norte e Paraíba (HEMMING, 2007).

A chegada de escravos negros gerou um novo papel para os indígenas. Manter um contingente de cativos exigia a organização de homens dedicados à vigilância. É fácil imaginar a importância dos índios nas expedições de aprisionamento de fugitivos, pois conheciam melhor o território e seus recursos e eram temidos pelos escravos “porque pelos montes lhes vão a buscar, prender e castigar, constituindo, portanto, a salvação dos colonos, pois se sem os negros não haveria Brasil, sem os índios não haveria negros, já que não poderia haver segurança” (MELLO, 2007).

Outro contexto da intensa relação entre militares e indígenas ocorreu na província do Grão-Pará e Maranhão, especialmente no período de definição das fronteiras entre as posses de Portugal e Espanha. Ao Grão-Pará correspondia um vasto território abarcando toda a atual Amazônia hoje brasileira. Relatos e análises deste período e outras referências bibliográficas são encontrados na obra *As Muralhas dos Sertões* (FARAGE, 1991).

Nestes processos, ao longo de três séculos fixam-se duas formulações extremas no discurso sobre os índios: aliados ou inimigos, dóceis ou brutos, passíveis de serem convertidos à fé cristã ou selvagens antropófagos. Esse discurso “dual” atravessa todo o período do Império e, matizado por inúmeras circunstâncias, chega ao século XXI, vocalizado, entre outros, pelo Exército brasileiro, como veremos à frente.

Nos primeiros anos do Brasil independente é relevante o projeto de José Bonifácio de Andrada e Silva: *Apontamentos para a civilização dos Índios Bravos do Império do Brasil* (SILVA, 2000). A proposta de Bonifácio visava a integração dos indígenas, “salvando-os da barbárie”, garantindo a eles os “privilégios da raça branca”, *ocidentalizando* seu corpo (RAMOS, 1999), porque “os índios são um rico tesouro para o Brasil” (SILVA, 2000). Não

aproveitado pelo Império, o texto do Patriarca torna-se fonte de inspiração dos militares positivistas do período republicano.

Objeto da atenção de líderes da jovem nação, os indígenas eram abordados nos debates a respeito da identidade nacional, em construção. Inúmeros atores e instituições deram sua parcela de contribuição a respeito deste tema. É o caso do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IGHB, fundado em outubro de 1838, com a missão de “construir o nosso passado”. Debates e documentos gerados em torno do Instituto devem ser considerados ao discutirmos o lugar dos índios no Brasil. Como por exemplo, na polêmica sobre a identidade do “povo brasileiro”: incorporar ou não os índios? O historiador Francisco Varnhagen argumentava em defesa de uma ascendência européia. No polo oposto, o poeta Gonçalves de Magalhães, era um dos defensores da proposta que considerava o índio como parte da *matriz*.

No século XIX sucederam-se diversos conflitos envolvendo os índios. No período da Regência (1831/1840), eclodiram revoltas em várias províncias brasileiras, como a Cabanagem iniciada em Belém (1835). A revolta contra a elite local espalhou-se pela bacia do Amazonas envolvendo comunidades indígenas e foi sufocada cinco anos mais tarde pelo exército imperial, depois de grande morticínio (MOREIRA NETO, 1988).

Um dos fatos mais relevantes no campo das complexas relações entre militares e índios é a Guerra do Paraguai (1860/1865). Ainda está por ser analisada a participação de indígenas nesta guerra, como a incorporação dos Fulni-ô e Xukuru, além do envolvimento dos Guarani, Terena e Kadiwéu. Francisco Doratioto (2002) apresenta pistas interessantes a respeito.

Os povos indígenas se envolveram às vezes voluntariamente, outras por imposição, em episódios históricos de vulto. No entanto, noções de progresso, evolução, desenvolvimento, foram utilizadas para tecer um manto ideológico de opacidade que, atirado sobre eles, torna-os invisíveis. O desenvolvimento de pesquisas em arquivos e outras fontes primárias permitirá identificar a presença indígena em vários episódios.

Um importante catálogo de fontes é o registro, intitulado *Os Índios em Arquivos do Rio de Janeiro*, coordenado por José Ribamar Bessa Freire, que traz pistas relevantes sobre participação indígena em vários episódios: a guerra aos Botocudos de Minas e Espírito Santo

(FREIRE, 1996); a Cabanagem (FREIRE, 1996); os antecedentes à Guerra dos Farrapos (FREIRE, 1996); a Retirada da Laguna (FREIRE, 1996); as companhias indígenas do Amazonas e da Bahia na Guerra do Paraguai (FREIRE, 1996), entre outros acontecimentos.

A história do Brasil, após a proclamação da República, certamente será melhor compreendida com o desenvolvimento de pesquisas que evidenciem o envolvimento dos índios nestes acontecimentos, pois, infelizmente, esta faceta dos episódios está escrita com a “tinta invisível” de que nos fala Octávio Paz:

Vivemos entre o mito y a negação, deificamos certos períodos, esquecemos outros. Estes esquecimentos são significativos; há uma censura histórica como há uma censura psíquica. Nossa história é um texto pleno de passagens escritas com tinta negra e outros escritos com tinta invisível (PAZ, 1995: 31).

Os povos indígenas se distribuem por todas as regiões do país, portanto, qualquer conflito de grandes proporções deve impactá-los diretamente, caso suas áreas de moradia e produção de recursos estejam próximas ao epicentro. É o que deve ter ocorrido com os Kiriri e Kaimbé, na Guerra de Canudos (1896/1897), e com os Kaingang e Guarani no sul, na Guerra do Contestado (1912/1916). Nos dois casos, pesquisas atentas podem dar visibilidade às interações entre o Exército e os índios.

Outro episódio militar de amplas consequências foi a Coluna Prestes (1924/1927), que percorreu milhares de quilômetros em regiões onde vivem dezenas de povos indígenas: o interior dos estados do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, continuando por todo o Nordeste, se aproximando ou cortando a calha do rio São Francisco que, como sabemos, abriga dezenas de comunidades indígenas. O impacto deste episódio junto aos índios ainda está por ser investigado. Vale lembrar que o combate à Coluna Prestes foi dirigido pelo Marechal Rondon, em 1924 e 1925 (FREIRE, 1996).

No período da ditadura militar, fatos históricos ainda requerem análise, tais como a criação da Guarda Rural Indígena, em 1969 (FREIRE, 1995 e FREITAS, 1999) e o envolvimento de indígenas nos combates da Guerrilha do Araguaia (1970), para citar apenas dois exemplos.

A principal conexão entre militares e povos indígenas, no início do período republicano, está relacionada à atuação de Cândido Rondon na instalação de linhas telegráficas, inicialmente no Mato Grosso, entre 1900 e 1906, e, a seguir, fazendo a ligação de Cuiabá e a atual Porto Velho, de 1907 a 1915. A interação de Rondon e seus companheiros com os povos indígenas

proporcionou a sistematização de um conjunto de saberes e práticas que seriam implementados pelo Serviço de Proteção aos Índios.

Analisando relatos, imagens e registros da nossa história, percebemos que as representações sobre os índios oscilam entre dois polos, com qualificações opostas, em um contínuo “ir e vir”. Nesta espécie de “gangorra ideológica” os indígenas são considerados ora como indispensáveis à construção da Nação, ora como grupos de bárbaros primitivos que desapareceriam inevitavelmente. Segundo Octávio Paz,

Cada sociedade, ao definir-se a si mesma, define as outras. Esta definição assume quase sempre a forma de uma condenação: o *outro* é um ser fora da lei. A dualidade da Antiguidade: helenos/bárbaros, se repete na Idade Média porém precisamente como uma condenação da mesma Antiguidade: pagãos/cristãos. Desde o século XVIII a dicotomia medieval se transforma na dualidade moderna: civilização/barbárie” (PAZ, 1995: 52).

A sensação de *déjà vu* irá nos assaltar ao abordarmos o discurso militar indigenista. Imersos na comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) os militares, disputam com outros segmentos sociais, as possibilidades de definir o país, nomear, atribuir significados, enfim, criar simbolicamente o Brasil. Eles sabem que a investigação sobre o passado é fundamental para a criação do necessário repertório simbólico necessário à construção de um projeto de Nação.

A ambivalência da representação dos indígenas se acentua no correr do século XX. Peri é atualizado como defensor da natureza. Os botocudos são atualizados como aqueles que vivem sobre a mina do “melhor diamante do mundo”, que matam “pobres garimpeiros” anônimos. Persiste a violência cotidiana sobre indivíduos, comunidades e povos indígenas. Aumentam, em intensidade e extensão as tentativas de transformá-los naquilo que não almejam ser. As representações sobre os índios no discurso militar indigenista do século republicano também oscilam entre Vanuíre¹ e Tuíra².

Com o advento da República o grupo de maior visibilidade política a propor um “lugar” específico para os índios no Brasil se organizava em torno dos ideais positivistas *a la* August Comte, e era composto por muitos oficiais do Exército.

¹ Vanuíre – mulher Kaingang que supostamente convenceu guerreiros de seu povo a desistirem da desesperada luta de resistência à ocupação de suas terras no Oeste Paulista (Década de 1910).

² Tuíra - O 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado entre os dias 20 a 25 de fevereiro de 1989, em Altamira (PA), ficou marcado pelo gesto da índia Kaiapó Tuíra, que tocou com a lâmina de seu facão o rosto de José Antônio Muniz Lopes, presidente da estatal.

Em 1910 ocorre a implantação do Serviço de Proteção aos Índios. Criado com o objetivo de “supostamente atingir e monopolizar o contato com todas as populações indígenas e todo o território brasileiro” (LIMA, 1995:21). A partir de então, a função de “trazer os índios para a Nação”, ou segundo outro ponto de vista, a missão de “catequizar os selvagens” deveria ser assumida pela gestão laica do Governo Federal.

Após a criação do órgão, o Marechal Rondon torna-se, ou é convenientemente transformado, em figura emblemática. Sua atuação junto aos povos indígenas é elevada à condição de paradigma. Décadas mais tarde, o legado político de Rondon seria disputado por vários atores, inclusive indígenas, que buscarão re-significar seu ideário.

È possível investigar o discurso dos militares a respeito dos povos indígenas em publicações do Exército brasileiro. Os oficiais escrevem para publicações que circulam entre seus pares. Com o objetivo de compreender o discurso militar indigenista foram analisadas duas revistas: *A Defesa Nacional e Verde Oliva*. Estes periódicos têm a função de aprimorar a reflexão sobre as atribuições profissionais dos militares e consolidar os valores estratégicos da Força. Muitos textos produzidos no desenvolvimento dos cursos de formação militar, como da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais/EsAO³ e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército/ECEME⁴, são publicados nos periódicos.

A Defesa Nacional foi lançada em 1913, no Rio de Janeiro, por militares que haviam estagiado durante dois anos no Exército alemão. O grupo conhecido como os “jovens turcos” pretendia, pela difusão do estudo de temas militares, contribuir para a profissionalização do Exército brasileiro.

Foram analisados os exemplares disponíveis em bibliotecas de Brasília⁵ e os artigos foram classificados nas seguintes categorias: artigos técnicos (armas, veículos, manobras militares etc.); artigos mais abrangentes (geopolítica, ciência e tecnologia, história); assuntos gerais

³ EsAO - A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais – responsável pela formação dos capitães do Exército brasileiro, habilitando-os a comandar e integrar o Estado-Maior de organizações militares.

⁴ ECEME - A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sua missão é a de preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, comando, chefia, direção e de assessoramento.

⁵ Bibliotecas: Senado; Palácio do Planalto; Superior Tribunal Militar; Ministério da Defesa; FUNAI e arquivos: Centro de Comunicação Social do Exército – CCONSEX, sediado no quartel General do Exército; Departamento de Assuntos Fundiários – DAF/FUNAI e Coordenação-Geral de Documentação e Arquivo, do Palácio do Planalto.

(notícias, comemorações, esportes); artigos sobre a Amazônia e a respeito de indigenismo e povos indígenas. No total de 137 edições da *Defesa Nacional*, publicados entre 1956 e 2002, foi possível estabelecer o seguinte quadro:

Tabela 1 – Frequência de artigos nas páginas da *Defesa Nacional*

Total de Artigos: 1607	Artigos Técnicos	Artigos mais abrangentes	Assuntos Gerais	Amazônia	Indigenismo e indígenas
Total	646	450	477	24	10
Porcentagem	40,2%	28,0%	29,7%	1,5%	0,6%

Tabela 2 – *Defesa Nacional*: artigos examinados por período

Período	Nº Artigos	Porcentagem
De 1956 a 1964	414	25,8%
De 1965 a 1980	515	32,0%
De 1980 a 2002	678	42,2%
Total	1607	100,0%

Os artigos de cunho mais abrangente versam sobre fatos que a historiografia militar consagrou. Muitos textos discutem o desenvolvimento econômico brasileiro, mas os autores concentram-se em questões relacionadas à produção de energia, política industrial, extração de riquezas minerais, tendo como ambiente o sudeste e o sul do país.

Entre os textos que abordam a temática indígena, vários são irrelevantes para os objetivos deste artigo, pois, apenas discorrem sobre a vida profissional do Marechal Rondon. No entanto, encontramos textos interessantes a respeito do ideal de *proteção aos indígenas*:

O problema da redenção do índio é vasto e de larga envergadura, demandando, por isso, para a sua execução integral, longo tempo, trabalho persistente, sacrifício pessoal e, sobretudo sinceridade e patriotismo. É problema a ser resolvido lentamente, com critério e devotamente por parte dos executores, dentro dos princípios básicos já firmados como característica do sistema de assistência e proteção, os quais têm por objetivo: 1°. Fazer justiça aos silvícolas, garantindo-lhes as terras que ocupam e defendendo as suas pessoas contra espoliações ou ataques; 2°. Ministrarlhes tratamento brando, ainda que com sacrifício por parte do civilizado; 3°. Manter seu sistema de vida, suas crenças e a organização de suas tribos e famílias (RONDON, J).

Em 1986 os generais que se pronunciam a respeito deste assunto, afirmam não ter sentido isolar os indígenas em territórios demarcados. Quanto a este tópico, a julgar por estes dados, o *discurso* militar inverteu sua posição original. Um exemplo é o texto *Uma Geopolítica Panamazônica*, do general Meira Mattos publicado na edição número 677, de maio de 1978, propõe uma estratégia de *conquista* da Amazônia:

a abordagem à Panamazônia se faz por três frentes: a frente atlântica, a mais tradicional, seguindo a rota do grande rio, da foz para as nascentes; a frente do Planalto Central Brasileiro descendo as linhas secas que separam os grandes afluentes da margem direita foi a rota de Raposo Tavares e outros bandeirantes; finalmente a frente fronteira baixando das terras altas dos contrafortes andino e guiano no rumo dos formadores da margem esquerda (MATTOS, 1978).

Meira Matos foi um dos principais formuladores de uma escola brasileira de geopolítica. Nas coletâneas e periódicos militares encontram-se dezenas de textos de sua autoria. Como professor o general certamente influenciou na formação de muitos oficiais. Isto pode indicar que, apesar de não identificarmos uma doutrina militar a respeito dos povos indígenas, o trabalho continuado de alguns “personagens-chave”, pode definir determinadas ênfases relevantes na fixação do conteúdo do *discurso militar indigenista*.

Em artigos posteriores, o general, que admitia respeitar os territórios indígenas, muda sua concepção, passando a descrevê-los como ameaças à soberania nacional. O exemplo é o texto *A Tese da Internacionalização da Amazônia*, no qual Meira Mattos afirma que “uma rede de dezenas de ONG’s e agências que buscam criar na população local e nos indígenas uma conscientização da necessidade de internacionalizar a região” (MATTOS, 2007:123). Esta estratégia passa, segundo o general, pela demarcação de terras indígenas de grande extensão na faixa de fronteira:

As ONG’s internacionalistas escolheram para tema de sua penetração a questão indígena e, para área principal de operações, o território Norte do Estado de Roraima, contíguo às nossas fronteiras com a Venezuela e República da Guiana. Escolheram uma região vulnerável, pela distância dos grandes centros, pelo seu despovoamento, pela sua contigüidade com um espaço trifronteiriço (Brasil-Venezuela-República da Guiana). A constância de sua ação, o apoio de ONG’s internacionais nas suas pressões ao governo brasileiro já lhes assegurou duas vitórias: a demarcação das reservas indígenas de Ianomami, (...) e a demarcação das reservas dos índios de Raposa Serra do Sol. (MATTOS, 2007: 125).

Exemplos de vocalização da “ameaça por meio dos indígenas” tornam-se mais frequentes a partir de 1985. Observa-se outra inversão do *discurso* militar indigenista em relação à primeira metade do século XX. Como exemplo desta inversão temos artigo de abril de 1948, onde o tenente-coronel Joaquim Vicente Rondon explicita a noção segundo a qual *o índio é a sentinela das nossas fronteiras*:

Guardam eles, instintivamente os pontos-chave da fronteira, conhecedores que são dos seus segredos, dos caminhos que dão acesso às serranias e das picadas de transposição do vale do Amazonas ao do Orenoco. O General Rondon e os membros da Inspeção de Fronteiras, bem como as diversas Comissões de Limites do Ministério do Exterior, muito devem aos índios pelos auxílios deles recebidos, quer como trabalhadores, como guias, quer ainda, como canoieiros, arrieiros, tropeiros, carregadores, caçadores e pescadores. (RONDON, J. 1948:117)

Outro texto relevante é um exercício sobre a história da *conquista* da América intitulado *Uma questão de história*, no qual o autor, general Flamarion Lima, solicita aos alunos (militares em busca do acesso à Escola de Comando e Estado Maior do Exército) que explicitem a contribuição dos indígenas ao processo de *conquista*. A resposta de um candidato, identificado como capitão Noa, reconhece que não se faria a *conquista* sem a cooperação dos índios:

Transmitiram aos conquistadores a técnica de navegação fluvial e de viver na selva, pois não tinham ainda humanizado a terra. Sua mobilidade, capacidade de sobreviver na selva e as guerras que alimentavam, introduziram processos de combate próprios que muita utilidade tiveram nas lutas contra os invasores estrangeiros. A contribuição dos indígenas foi mais útil, efetiva e dinâmica na conquista da América Portuguesa, influenciando no avanço dos portugueses em terras espanholas (DEFESA NACIONAL, 1960: 40-41).

Quanto à revista *Verde Oliva*, foram analisados todos os 208 exemplares editados a partir de seu lançamento em 1973. Nestes anos, a publicação evoluiu de um folheto de oito páginas, a uma revista em papel *couchet*, 62 páginas, com edição trimestral. Segundo o atual editor da revista, seus textos são produzidos a partir das contribuições dos membros do Exército espalhados por todo o território nacional.

Os primeiros números trazem informações a respeito dos Comandos de Fronteira e sua “guerra sem fim contra o vazio”. Em um texto sobre a vila de Surumu afirma-se: “o mestiço é o elemento predominante de uma população de 800 habitantes”. Sobre a região de Bonfim, está escrito: “o mestiço, fruto da miscigenação de brasileiros com caboclos makuxi ou niapixan, é predominante entre seus 1200 habitantes”.

No parágrafo anterior, vemos que os militares acreditavam na irreversível miscigenação entre índios e não-índios, com o desaparecimento dos povos indígenas, diluídos na população brasileira. Outro aspecto importante é revelado no trecho: “o mestiço, fruto da miscigenação de brasileiros com caboclos makuxi ou niapixan”, ou seja, o autor está afirmando que os “caboclos makuxi ou niapixan” não são brasileiros. E, acrescente-se, segundo o militar, também já não são índios.

Exceto estas breves referências, são pouco usuais as menções aos indígenas nas páginas da *Verde Oliva*. Os índios são citados em matérias de cunho histórico, como as que relatam resistência à invasão holandesa, do século XVII. Nestes casos, a referência é sempre elogiosa,

creditando aos aliados dos brasileiros um papel fundamental na expulsão definitiva dos batavos em 1654. A capa da revista de número 85/1983, é ilustrativa:



Figura 1 – Capa de Exemplar da Verde Oliva

Está explícito o papel a ser desempenhado pelos índios nas guerras coloniais: unir-se aos brancos e negros, em organizações que seriam a origem do Exército brasileiro, na luta pela manutenção da soberania portuguesa, e na sequência, compor o “Amalgama das Raças”, em processos de miscigenação que formariam o *povo* brasileiro: um só povo compondo uma nação homogênea. Textos a respeito da “epopéia de Guararapes” são esclarecedores:

É uma história única, iniciada com o assédio a Salvador e encerrada na capitulação da Campina do Taborda. Foram os mesmos homens, negros, índios, brancos, mamelucos, caboclos, mulatos que se ombrearam nos alagados, nas encostas, ou nas beiras dos rios, para expulsar o invasor. Irmanaram-se a serviço do Brasil, a Pátria comum (VERDE OLIVA, 1983:15).

O heroísmo, a solidariedade e o desprendimento de negros, índios, brancos, mamelucos, caboclos, mulatos deram a justa medida da integração de um povo em busca de seu destino maior. Os sacrifícios ingentes na luta por um ideal de vida e pela liberdade da terra natal foram a sementeira imortal que frutificou pelos tempos a fora, nos movimentos de libertação que os conduziram às margens do Ipiranga (VERDE OLIVA, 1984:10).

Neste discurso o destino dos índios é sua integração à matriz que forja o povo brasileiro, não há, portanto, espaço para a manutenção de identidades étnicas. Prossegue o texto: “Nascia, naqueles dias, o Exército brasileiro. Firmava-se, sobretudo nos brasileiros, a imperecível crença nos valores maiores da nacionalidade e na unidade física e espiritual do país que nascia” (VERDE OLIVA, 1984:10).

Outras raras referências aos índios na *Verde Oliva* são encontradas em matérias que descrevem a ação do Exército na assistência a populações indígenas. O primeiro caso pode ser ilustrado pela matéria “Ação Cívico-Social no alto Rio Negro”:

A ACISO realizada pelo Comando Militar da Amazônia no alto Rio Negro revestiu-se de caráter assistencial, com prioridade para as ações de saúde e de higiene dos nossos silvícolas. Inspirou-se nas tradições de participação comunitária do Exército, particularmente na Amazônia, onde o Quartel representa, muitas vezes, o único apoio possível às comunidades quase isoladas pela vastidão e adversidade do meio (VERDE OLIVA, 1983c: 12).

Várias questões podem ser destacadas neste parágrafo. Está implícito que as condições de higiene “dos nossos silvícolas” requerem a ação reparadora do Exército. O redator, em outro trecho, aponta o “alto índice de doenças da pele, devido às péssimas condições de higiene individual e coletiva” (VERDE OLIVA, 1983c:13). Está explícito o fato de que “na Amazônia o quartel representa muitas vezes o único apoio possível às comunidades”. A falta de políticas públicas efetivas, em partes do território nacional, configurando uma situação de “ausência” do Estado, fortalece o Exército como única expressão do governo na região.

Alguns comandantes do Exército concederam entrevistas para a *Verde Oliva*, e de forma sutil, falaram sobre a possibilidade de quebra da soberania brasileira na Amazônia, com o possível envolvimento de povos indígenas. No número 129, de abril de 1991, o general Carlos Tinoco, então Ministro do Exército, atende a uma convocação do presidente do Senado Federal para falar a respeito do incidente na região do Traíra, onde um posto de fronteira do Brasil fora atacado por guerrilheiros colombianos. O texto aborda a *cobiça internacional* e discorre sobre a resposta do Governo brasileiro a estes perigos enumerando os principais objetivos do *Projeto Calha Norte* e complicadores na Amazônia:

[...] promoção de assistência e proteção às populações indígenas, ribeirinhas e extrativistas, através de delimitação e demarcação das terras ocupadas pelos índios e pela criação de florestas nacionais capazes de oferecer-lhes proteção natural em face dos contrastes de ordem cultural (VERDE OLIVA, 1983c: 2).

Mas lá existem complicadores que não ocorrem em outras épocas e em outras regiões: a existência de índios de diferentes tribos, que desconhecem limites fronteiriços entre países; a ação de missões religiosas estrangeiras, nem sempre voltadas para suas funções precípuas; a atuação de grupos multinacionais sob vários pretextos: ecologia, defesa dos povos indígenas, internacionalização da floresta, etc. (VERDE OLIVA, 1994: 4).

Quatro meses depois, o general Carlos Tinoco faz uma exposição na Comissão de Defesa da Câmara Federal, sobre o trabalho e as necessidades orçamentárias do Exército. Um resumo do depoimento é publicado na *Verde Oliva*, número 130, de julho de 1991:

É importante assinalar que as manifestações de interesse internacional, associadas ao fato de que a floresta amazônica não é a única grande floresta equatorial do mundo, são eloqüentes para demonstrar que o interesse internacional crescente sobre a Amazônia, é um fato concreto, com o qual devemos nos preocupar, particularmente quando tratamos de assuntos que dizem respeito à nossa soberania. (VERDE OLIVA, 1991: 2).

Está subentendido no depoimento do general que os militares, aos poucos, começam a enxergar os índios como uma incógnita, em uma equação difícil de resolver. A edição 139/1993, traz uma entrevista com o general Benedito Bezerra Leonel, chefe do Estado Maior do Exército. Respondendo sobre o Projeto Calha Norte, declara:

A Amazônia Brasileira é, inegavelmente, uma área de grande importância estratégica. A vivificação e o desenvolvimento dessa imensa região, com um lento avanço até recentemente, teve como vetor principal a ação desbravadora da Forças Armadas. Percebendo-se da crescente importância daquela área, particularmente no nível internacional, o Governo Federal lançou, em 1985, as bases do Programa Calha Norte [...] o Projeto é um marco histórico para a integração da Amazônia neste fim de século (VERDE OLIVA, 1991: 2).

O *Projeto Calha Norte* é uma prova da “reorientação estratégica” no campo das prioridades do Exército. Um breve trecho da entrevista de outro general, publicada na edição número 137/1992, confirma esta orientação. Gleuber Vieira, do Estado-Maior do Exército, explica:

Em função não só de suas próprias avaliações, mas também acompanhando iniciativas do governo federal, o Exército já olha com ênfase prioritária a Amazônia e a sua primazia estratégica numa preocupação muito maior do que há poucos anos atrás. Tudo isso já se traduziu em ações efetivas, como por exemplo, a transferência da Brigada de Petrópolis para Boa Vista; o reequipamento e a reestruturação de diversas unidades da selva e de fronteira; a mudança da Brigada de Santo Ângelo para Tefé (VERDE OLIVA, 1992:2).

Até 2009, as referências na revista aos indígenas são episódicas e sucintas. Os índios são tratados genericamente, sem referência às suas identidades étnicas, de modo condescendente quando o assunto é assistência médico-sanitária, ou elogioso quando descreve a participação de soldados indígenas em treinamentos de guerra na selva.

No entanto, na edição 179 de dezembro de 2003, a *Questão Indígena* tem uma abordagem mais destacada. Sob o título *As questões indígenas, de fronteira e de meio ambiente* podemos ler uma espécie de editorial. O tom, sóbrio e cauteloso, não deixa dúvidas quanto à solenidade do discurso: estamos diante do pronunciamento da *Força Terrestre*, que apesar de não ser identificado como oficial, certamente foi preparado para explicitar uma opinião.

O texto é ilustrado por um mapa da Europa, onde vemos em destaque a Holanda, Áustria, Hungria e Portugal, sobre a legenda: “Países cuja soma das superfícies equivalem às terras indígenas.” Segue a transcrição sobre a *Questão Indígena*:

A Constituição Federal, em seu artigo 231, prescreve que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. O Exército cumpre o que prescreve a Carta Magna, pois que a posição da instituição é bem definida e coerente com os preceitos constitucionais. Mas há questões que ainda geram polêmica, e que se faz necessário considerar: a) Algumas terras indígenas (TI) estão na faixa de fronteira; a Constituição determina que a vigilância na faixa de fronteira é de competência do Exército; para cumprir sua missão, o Exército precisa manter tropas nas áreas fronteiriças, e, com isso, o contato com os silvícolas torna-se inevitável; com o contato com o homem branco urbano, uma série de conseqüências ocorre na rotina dos silvícolas, que vão desde o ataque por enfermidades antes inexistentes em seu meio, até o gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura; tais conseqüências geram, inevitavelmente, dificuldades locais e críticas nacionais e internacionais. Por outro lado, estaria correto segregar os indígenas, privando-os de se integrar à sociedade nacional e de usufruir dos benefícios do progresso? b) Algumas reservas indígenas são tão extensas que poderiam aparecer nos *mapa-mundi* – TI Yanomami (equivalente a Portugal), TI Raposa-Serra do Sol (50% da Holanda), TI Vale do Javari (Áustria), e TI Alto e Médio Rio Negro-Apaporis-Téa (Hungria)-; essas grandes extensões de terras reservadas aos indígenas poderiam inviabilizar a sobrevivência de algumas Unidades da Federação? Até que ponto os laudos antropológicos que indicam os limites das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios estão isentos de contaminação ideológica ou do interesse de organizações não-governamentais muitas delas patrocinadas com recursos oriundos do exterior? e finalmente, as ONGs, que declaradamente defendem os direitos indígenas são fiéis, essencial e unicamente a essa causa? (VERDE OLIVA, 2003).

O segundo parágrafo do texto registra que “o Exército cumpre o que prescreve a Carta Magna, pois que a posição da instituição é bem definida e coerente com os preceitos constitucionais”. Se esta afirmação é verdadeira, os membros da Força Terrestre devem admitir como legítimas a “organização social, costumes, línguas, crenças e tradições” de cada povo indígena. Isto significa encará-los como grupos étnicos, que entre outras características, apresentam um contingente populacional muito reduzido. São, portanto, minorias étnicas vivendo em um território imaginado como nacional (ANDERSON, 2008).

A Constituição de 1988 assegura aos povos indígenas a manutenção de suas respectivas identidades. No entanto, o texto afirma que “há questões que ainda geram polêmica, e que se faz necessário considerar”. Em seguida, estão dispostas considerações a respeito do contato cotidiano entre índios e soldados e contesta-se a extensão das terras indígenas.

No início do parágrafo é explicitada a necessidade que o Exército tem de manter seu pessoal em pelotões de fronteira e que isto acaba trazendo algum tipo de problema para os indígenas. Esta consideração induz o leitor a uma conclusão errônea: que o contato entre índios e “não índios” prejudica de forma irreversível a sociedade indígena.

Todo e qualquer contato produz, para todos, uma série de desdobramentos. O texto reconhece este fato apenas para a comunidade indígena: “uma série de consequências ocorre na rotina dos silvícolas, que vão desde o ataque por enfermidades antes inexistentes em seu meio, até o gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura”. Tal como redigido, parece inevitável que os indivíduos indígenas sejam acometidos por enfermidades transmitidas, no caso, por membros das Forças Armadas.

Na década de 1970, milhares de crianças, jovens e idosos indígenas morreram vitimados por epidemias de gripe, sarampo, tuberculose e outras doenças transmitidas por trabalhadores, garimpeiros, aventureiros, soldados, entre outros que foram colocados em contato com as comunidades pelas rodovias construídas naquele período. O doloroso processo vivido pelos povos atingidos pelas epidemias foi fartamente documentado. Os poderes públicos acumularam conhecimento suficiente para prever e evitar que esta situação se repetisse.

Como foi publicada, a frase destacada é uma confissão. Se houve transmissão de doenças, a única conclusão que podemos chegar é de que os culpados por este fato não estavam preparados para a missão que cumpriam. O fato parece tratado com naturalidade: “o contato com o homem branco urbano” leva enfermidade a seres humanos sadios. Da mesma forma parece natural, nestes trechos do discurso militar, que a sociedade dos *silvícolas* também “adoeça” e sofra o “gradual afastamento ou mesmo abandono de sua cultura”

Quase confessando que tudo isto é o que deve mesmo acontecer, o redator questiona se é correto segregar os indígenas. Admitindo que o artigo da revista *Verde Oliva* foi elaborado com o cuidado que o tema exige, chegamos à conclusão de que, a respeito dos povos indígenas, esta expressão do *discurso militar* admite como inevitável o desaparecimento destes povos enquanto grupos étnicos diferenciados. Por outro lado, no artigo *Questões Indígenas*, encontra-se o seguinte questionamento: “estaria correto segregar os indígenas, privando-os de se integrar à sociedade nacional e de usufruírem dos benefícios do progresso? Estamos diante de outra indução: Os artigos da Constituição não prescrevem o isolamento dos povos indígenas. Esta é uma inferência indevida.

Assim só podemos concluir que *discurso militar*, perenizado nas páginas da *Verde Oliva*, mostra que seus autores são contrários à visão do Brasil como um país multi-étnico, sendo portadores de uma visão *integracionista* a respeito dos povos indígenas.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. 1ª Edição. São Paulo, SP: Cia das Letras, 2008. 336 p.
- BETHELL, Leslie. “Nota sobre as populações americanas às vésperas das invasões européias” In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v.I, p.129-131. (América Latina Colonial).
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: SMC: FAPESP, 1992, 611 p.
- FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. São Paulo: Editora Paz e Terra. 1991, 200 p.
- HEMMING, John. *Ouro Vermelho – a Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: Edusp. 2007, 811 p. (Coleção Clássicos vol. 27).
- HEMMING, John. “Os índios do Brasil em 1500”. In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1997, v.I, p.101-127. (América Latina Colonial).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira: a época colonial*. São Paulo: Difel, 1963. (Tomo I).
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 366 p.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Aos fetichistas, Ordem e Progresso: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação*. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, MN/PPGAS, 1985, 2 v. 572 p.
- MATTOS, Carlos Meira. *A Tese da Internacionalização da Amazônia*. Revista da Escola Superior de Guerra nº Especial, Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro. 2007.
- MAURO, Frédéric. “Portugal e o Brasil: A Estrutura Política e Econômica do Império – 1580 - 1750”. In: Bethell, Leslie (org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 1998, v.I, p.447-475. (América Latina Colonial).

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX. In: Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e Kraay, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. p. 111 - 137.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MONTEIRO, John Manuel. “Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII”. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras: SMC: FAPESP, 1992, p.475-498.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). *Hacia una antropología del indigenismo: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas en Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa / Lima: CAAAP, 2006, p.151-180.

OLIVEIRA, João Pacheco, (Org.). *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa LTDA, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Segurança das Fronteiras e o Novo Indigenismo: Formas e Linhagem do Projeto Calha Norte* in "Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras". *Antropologia & Indigenismo*. UFRJ, Rio de Janeiro, nº 1, 1990. 147p.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Edusp: FAPESP, 2002.

PUNTONI, Pedro. “A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégias militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700)”. In: Castro, Celso; Izecksohn, Vitor e Kraay, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 2004. p. 43-66.

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenism – Ethnic Politics in Brazil*. The university of Wisconsin Press. Madison, Wisconsin, EUA, 1998. 326p.

RAMOS, Alcida Rita. (1990b), "Indigenismo de resultados". *Tempo Brasileiro* nº 100-133-49.

VAINFAS, Ronaldo. *Traição – Um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela Inquisição*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008. 384 p.